

Governo promete mas não corta

■ Do Pacote 51, anunciado há mais de um ano, só as medidas que mexiam com o bolso da sociedade saíram integralmente do papel

UGO BRAGA

BRASÍLIA – Quando fala em um novo esforço fiscal, como fez o ministro da Fazenda, Pedro Malan, na quinta-feira, o governo nem sempre está se referindo a um aperto nas suas próprias contas. O último leque de medidas anunciado, conhecido como Pacote 51 (cujo prazo de implantação já transcorreu), revela uma conta salgada: a parte que cabia ao governo no "esforço" – corte de gastos, extinção de funções gratificadas, cancelamento de projetos – não teve nenhum item cumprido completamente. Já a parte paga pela sociedade, por meio de aumento de impostos e redução de incentivos, saiu do papel em 98% do total.

Pelas projeções divulgadas na época pelo Ministério da Fazenda, o resultado fiscal (dinheiro economizado somado ao aumento de receitas) do Pacote 51 seria de R\$ 19,72 bilhões ao longo de 1998. O governo faria cortes drásticos nos seus gastos. Pagaria parte significativa da conta (cerca de R\$ 7 bilhões), as estatais arcariam com R\$ 6 bilhões e a sociedade com o resto.

Só promessas – O que se viu, entretanto, foi algo muito diferente. O governo propôs a extinguir 70 mil cargos civis, a demitir 33 mil servidores não-estáveis, reduzir em 10% o número de cargos de confiança e fazer corte idêntico nos contratos de prestação de serviço. Nada disso saiu efetivamente do *saco de maldades* da equipe econômica.

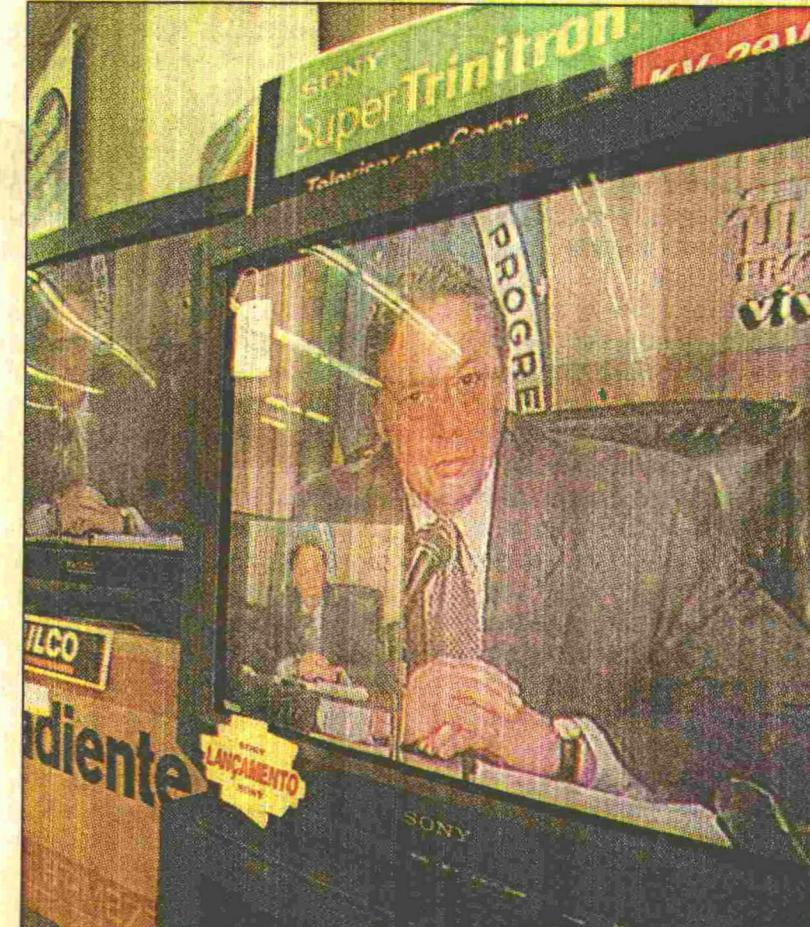
Ao contrário, as pessoas físi-

cas viram o preço dos combustíveis subir, diminuíram em 20% a possibilidade de deduções no Imposto de Renda e, de sobressalto, ganharam um novo limite para as compras em *free shoppings* – US\$ 300, contra US\$ 500 antes do pacote. O resultado é que dos R\$ 3,78 bilhões em medidas de arrocho que afetaram de forma direta o bolso da sociedade, nada menos do que R\$ 3,73 bilhões (mais de 98%) efetivaram-se.

Tunga – A revisão do empréstimo-socorro do Fundo Monetário Internacional (FMI), como adiantou o ministro Malan na quinta-feira, vai exigir um esforço fiscal muito maior. Dos R\$ 23,5 bilhões inicialmente previstos, o esforço pulou para algo em torno de R\$ 30 bilhões – isso sem levar em conta a correção no Produto Interno Bruto (PIB) depois da desvalorização do real.

Parte significativa desse dinheiro vai ser paga pela sociedade toda – cerca de R\$ 10 bilhões, com o aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), que volta a ser cobrada no segundo semestre. Os servidores públicos, ativos e aposentados, entrarão com outra parte, contribuindo mais para a Previdência.

O governo prometeu não gastar outros tantos R\$ 8,7 bilhões neste ano. E os técnicos do Ministério da Fazenda ainda preparam um novo elenco de medidas para compensar o impacto da desvalorização na dívida pública. Ninguém sabe ainda a quem vai ser mandado esse novo pedaço da conta.



Adriana Caldas - 28/10/98

Comércio se queixa: fabricantes de TV já fazem pressão por aumentos

Meta	(em % do PIB)		
	1999	2000	2001
Superávit primário proposto pelo FMI	3,50	-	-
Superávit primário proposto anteriormente*	2,60	2,80	3,00
■ Governo central	1,80	2,00	2,30
■ Estados e municípios	0,40	0,50	0,50
■ Estatais	0,40	0,30	0,20
■ Relação dívida/PIB	44,90	44,80	44,40

* Projeções feitas no Programa de Estabilidade Fiscal com base no acordo original com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Fonte: Programa de Estabilidade Fiscal anunciado no dia 28 de outubro